



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ACTA NÚMERO NOVE

Aos trinta dias do mês de Abril de mil novecentos e noventa e nove, pelas vinte e uma horas, reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho em Sessão Ordinária, para o que tinha sido convocada pelo seu Presidente, nos termos da Lei, a Assembleia Municipal deste Concelho, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 – Integração do Município na Sociedade a Constituir para Gestão e Exploração do Sistema Multimunicipal do Alto Zêzere.**
- 2 - Apreciação e votação do Relatório e Conta de Gerência do ano económico de 1998, desta Câmara Municipal.**
- 3 – Apreciação e aprovação do Estatuto do Provedor do Ambiente, bem como a nomeação do Provedor do Ambiente.**
- 4 - Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho.**

Aberta a Sessão e depois de conferidas as presenças dos Senhores Deputados desta Assembleia, foi lida a correspondência enviada e que ficou à disposição.

Os Senhores Deputados em falta entraram atrasados pela seguinte ordem: José Quaresma Domingos, 10 minutos após início dos trabalhos; Carlos Alberto Fraga Viegas dos Santos, 20 minutos após início dos trabalhos. Faltou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro, António da Graça Soares, que justificou a falta por escrito e justificou a falta por ausência fora do País, o Senhor Deputado Sebastião Lopes de Carvalho.

O Senhor Presidente da Mesa deu as boas vindas ao Senhor Deputado Umberto Leitão da bancada do Partido Socialista que vem substituir a Senhora Deputada Fernanda Isento Pereira.

O Senhor Presidente da Mesa pediu que os trabalhos corresse com eficiência de forma a que a presente sessão não se prolongasse para lá das 24 horas e assim não entrassem os Senhores Deputados no 1º de Maio a trabalhar.

O Senhor Presidente da Mesa deu posse ao Senhor Deputado Umberto Massano Leitão com a assinatura do termo de posse respectivo.

O Senhor Deputado José Luís dos Santos Melo pediu que se tomassem medidas para alterar o cruzamento das Penhas Saúde de forma a minorar a ocorrência de acidentes. Chamou também a atenção para um conjunto de postes que se encontram na Várzea a ocupar a estrada há mais de 8 anos. Ocupam 1/3 da faixa da direita, dificultando o trânsito na zona.

O Senhor Deputado Umberto Massano Leitão chamou a atenção para o muro na E.N. 232 no Troval que se encontra em ruína, pondo em perigo os passantes.

Posta a votação foi a acta da sessão anterior aprovada com catorze votos a favor e duas abstenções dos Senhores Deputados Umberto Massano Leitão e Carlos Alberto Fraga Viegas dos Santos por não terem estado presentes na anterior sessão.

Ponto 1 - Integração do Município na Sociedade de gestão e exploração do sistema multimunicipal do Alto Zêzere.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para expor o tema em análise.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que este processo há 8 anos que teve início, tendo o IPE proposto o tratamento dos esgotos da Bacia do Zêzere e também o fornecimento de água em alta, na distribuição à população. Será um multissistema com tratamento doméstico e industrial.

No que diz respeito aos esgotos de Manteigas está a projectar-se que os esgotos sejam encaminhados para uma estação de tratamento a instalar a jusante de Valhelhas, fazendo-se o encaminhamento do esgoto por redes sucessivas de bombagem.

O capital social a constituir, é de 2.000.000 contos participando o IPE em 51%, sendo os restantes 49% distribuídos pelos municípios de Belmonte, Covilhã, Fundão, Guarda, Manteigas, Penamacor e Sabugal.

O investimento total previsto é de 21.000.000 contos sendo 13.000.000 contos financiados por fundos Europeus e os restantes financiados pela própria empresa.

A participação dos municípios é função do caudal de esgotos equivalente produzido no município. Manteigas tem estimado um caudal de: Industrial: 10.000 hab., Doméstico: 4.000 hab. implicando assim uma participação de 76.000 contos no capital da empresa. Este capital deverá ser realizado em 5 anos. O IPE substituirá estes investimentos durante os cinco anos iniciais de provimento.

A exploração prevê-se que se desenvolva durante 20 anos, provendo-se uma rentabilidade de 4.2 a 4.6%.

Manteigas deverá integrar a empresa, sem exitar sendo o investimento a mobilizar de 15.000 contos / ano durante 5 anos. Na perspectiva da Câmara o Sistema e a empresa são imprescindíveis para Manteigas e para a região de Zêzere, pelo que solicita que a Assembleia Municipal vote positivamente a integração.

O Senhor Presidente da Mesa pediu que a Câmara esclarecesse se os equipamentos municipais instalados serão valorizados e entrarão como parte do capital. Qual será o custo de metro cúbico de água para Manteigas? Após 30 anos a empresa será privatizada ou não se prevê esta hipótese?

O Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso reconhece que o projecto é ambicioso e que Manteigas deve fazer parte integrante da Empresa, gostaria ainda assim de ser esclarecido sobre os seguintes pontos que julga importantes de acautelar

- Manteigas é o Concelho mais pequeno no grupo. Qual a participação relativamente aos restantes?
- Os resíduos produzidos em Manteigas terão em princípio menor carga poluente que o dos restantes Concelhos. Será isto tido em conta?
- Existe já um estudo de caudais a nível de poluição por Concelho?
- O Capital Social obrigará a grandes recursos financeiros para Manteigas?
- Que custos terá a água para o município e para os munícipes? E para as empresas?
- Existe algum estudo que permita verificar a relação entre os custos actuais do sistema e os futuros custos?

O Senhor Deputado Luís José dos Santos Melo referiu que considera o projecto como válido e positivo. Põe contudo a questão da valorização da água que existe em Manteigas, já que Manteigas tem um dos maiores recursos de água do país. Poderá a Empresa abastecer outros concelhos com a água de Manteigas? Considera que esta questão deverá ser acautelada, pois é muito importante.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O Senhor Deputado Carlos Alberto Fraga Viegas dos Santos perguntou se haverá a hipótese de não participar na empresa, havendo porém a possibilidade de ser ligado à rede e pagar assim o serviço do fornecimento de água a Manteigas.

O Senhor Deputado António Manuel de Lemos Santos refere que o sistema é positivo pois permite grandes economias dado produzir economias de escala nos grandes volumes de caudais tratados e garantir a eficiência dos tratamentos e a manutenção dos equipamentos. Podendo assim evitarem-se situações como a do sistema de esgotos da ETAR de Manteigas que foi bem dimensionada mas não funciona por má manutenção. Quanto à água existente em Manteigas há que esclarecer que a água é um recurso Nacional e não um recurso municipal ou departamental. A gestão é feita pelo Instituto da água Há porém que esclarecer os custos de :

- Quanto passará a custar a água?
- Qual o valor da taxa de Saneamento?
- Como foi definido o índice de 10.000 hab. equivalentes para o caudal industrial? Deverá ser procurado baixar este valor a que equivalerá a reduzir a nossa participação no capital social.
- Quanto à privatização eventual da empresa, não haverá qualquer problema pois tal só acontecerá se a empresa pública não tiver sucesso.

O Senhor Deputado Francisco José Botão de Elvas realçou que deverão ser tidos em consideração os pré tratamentos de esgotos que as empresas industriais em Manteigas possuem. A introdução deste factor fará reduzir os 10.000 habitantes equivalentes para um valor bastante mais baixo.

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para responder às questões postas pelos Senhores Deputados, tendo esclarecido:

- Os equipamentos já instalados têm duas hipóteses de avaliação: ou são vendidos à empresa ou serão alugados durante 20 anos. Esta é a previsão actual.
- A empresa poderá vir a ser privatizada após 30 anos.
- O custo estimado é de 45\$00 /m³ de água em alta.
- A participação das autarquias no capital social é função do caudal total injectado no sistema.
- O custo do efluente está estimado em 60\$00 /m³.
- As empresas irão também pagar, pois os grandes caudais industriais serão medidos e pagos.
- Caudais esgotos de Manteigas: 1.100.000 m³/ ano.
- Fornecimento de água em alta: 250.000 m³/ ano
- Os critérios de contabilização de caudais será igual em todos os Concelhos.
- Manteigas irá conceder as captações de água que existem. Se pedidas mais captações, serão analisados pela Câmara e por esta Assembleia.
- Custos de não participação poderão ser da ordem dos 300.000 contos dos quais teríamos de pagar 75%, mais os custos anuais com pessoal e exploração. O principal custo será porém o perder a hipótese de integrarmos este grande grupo.

O Senhor Deputado Umberto Massano Leitão manifestou o seu acordo ao projecto de integração na nova empresa mas refere que é importante referir a outra face da moeda, isto é, que os maiores beneficiados serão Lisboa e seus habitantes que receberão a nossa água já tratada.

Posta a votação a proposta de integração foi a mesma aprovada por maioria com 15 votos a favor e 1 abstenção (Senhor Deputado Carlos Alberto Fraga Viegas).

A proposta foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Ponto 2 - Apreciação e votação do Relatório e Conta de Gerência do ano económico de 1998, desta Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara, a convite do Presidente da Mesa, faz a exposição do relatório apresentado desenvolvendo a argumentação apresentada previamente à Assembleia. Foi realçado o facto de não haver mão de obra excedentária em Manteigas, mantendo-se o nível de desemprego muito baixo ou nulo.

O Senhor Deputado António Manuel de Lemos Santos refere que mais uma vez este ano de 98 não houve revisão orçamental, o que lamenta, pois perde-se o rigor e fomenta o não empenhamento no cumprimento de objectivos. Os planos de actividades deverão ser realistas e sempre que necessário far-se-ão revisões durante o ano. Quando os projectos não estiverem prontos, não deverão entrar no plano de actividades. Há que corrigir esta actuação, pois não faz sentido haver projectos planeados que depois têm execução zero. Desta forma o Executivo não é responsabilizado e principalmente o Senhor Presidente da Câmara beneficia dessa não responsabilização política pessoal.

De realçar as taxas de não execução de 70%, extremamente elevada. Este factor fez aumentar a percentagem das despesas correntes para 45% quando poderiam ficar nos 25% se a taxa de não execução diminuísse. Por último pediu esclarecimento para o subsídio de transferências da conta de gerência à Egiconfor de aproximadamente 2.863 contos.

O Senhor Deputado Carlos Alberto Fraga Viegas dos Santos referiu que constata que não há satisfação na relação entre o previsto e o executado. Situação que é já uma repetição e um hábito desta Câmara.

Há que referir que a «coisa Pública» deve ser gerida com profissionalismo e o Senhor Presidente é considerado pelo Deputado Carlos Alberto Fraga Viegas dos Santos, um bom gestor, não pretendendo por isso entrar em pormenor de taxas de realizado e não realizado. «Claramente lhe quero dizer que irei votar favoravelmente este orçamento. Redobrarei em 1999 a minha atenção a V. Exa., até porque em Manteigas há mais gestores que poderão ocupar a presidência desta Câmara pois bastará ter bom senso, ter empenhamento, gostar do que faz e ter vontade. E se não for Dr. ou Engenheiro não faz mal, pois poderá sempre mobilizar técnicos que façam a assessoria necessária. Apostarei assim uma vez mais no Senhor Presidente da Câmara, contudo estarei atento ao desempenho futuro, e se V. Exa. não provar, outras alternativas deverão ser procuradas seja debaixo de que bandeira for.»

Solicitou ainda três esclarecimentos:

- Nas despesas com o pessoal há uma diminuição em 16%, quais as razões?
- Numa entrevista no Terras da Beira o actual Presidente da ADRUSE tecia críticas ao anterior presidente da ADRUSE, que era o Dr. José Manuel Biscaia. Quais os comentários que lhe sugere?
- Quanto à Taberna Petisqueira de Sameiro, quais os comentários?

O Senhor Deputado Francisco José Botão de Elvas referiu que o principal sublinhado que faz ao relatório da Câmara é na tese segundo a qual a aplicação de multas aos empreiteiros faltosos poderia pôr em causa o equilíbrio de empregos em Manteigas. E assim pretende esclarecer que não concorda pois a não aplicação dos preceitos sancionários previstos na lei aquando dos atrasos das empreitadas e serviços adjudicados pela Câmara Municipal de Manteigas tem um efeito negativo no tecido empresarial de Manteigas e não o protege.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O Mundo empresarial europeu é constituído por profissionais que primam pelo rigor contratual, rigor financeiro e rigor de planeamento.

Estas características ganham-se ou na escola profissional ou no tratamento contratual do dia a dia, funcionando nestes casos, os clientes como professores e escola superior.

Não é assim, no meu entender, correcta a afirmação do Senhor Presidente da Câmara, de que a não aplicação de multas por parte da Câmara visa preservar o tecido empresarial e postos de trabalho.

Na minha opinião, antes pelo contrário.

E isto porque:

a) As empresas e seus gestores continuarão assinar contratos e assumir compromissos sem qualquer preocupação com o posterior cumprimento do clausulado contratual: quer jurídico quer técnico.

b) As empresas e seus gestores tornar-se-ão relaxados no cumprimento do plano de trabalhos contratual.

c) As empresas e seus gestores tenderão a assumir compromissos que não poderão satisfazer sem atrasar sistematicamente outros contratos. Desta forma a concorrência desleal entre empresas estará instalada, com risco de provocar falências de empresas habituadas ao cumprimento rigoroso dos contratos assinados, mantendo-se em actividade os faltosos.

Por esta situação e pelas diversas críticas já aqui feita, informo que irei votar contra, sendo este voto uma “multa” a aplicar à Câmara pelo seu relaxar. Será uma multa didáctica e deve ser entendida como um protesto para o « deixar andar» que esta Câmara imprime à gestão dos contratos.

O Senhor Deputado José Paulo Ascensão Fraga realçou novamente a baixa taxa de execução o que não espantou o Partido Popular. Ir-se-à como tal abster.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu de seguida as questões postas pela Assembleia.

- O pagamento à EGICONFOR refere-se ao pagamento de um projecto em Sameiro.

- A diminuição de gastos com o pessoal tem a ver com a diminuição de encargos que transitaram para a A.D. S. E.

- As críticas da A.D.R.U.S.E. não têm razão de ser pois os critérios orçamentais foram respeitados e cumpridos.

- Petisqueira de Sameiro - são diversas obras enquadradas pela A.D.R.U.S.E. que estão a concurso público.

- Os empreiteiros foram já claramente informados da necessidade de cumprirem os prazos, sob pena de a Câmara vir finalmente a aplicar as sanções. Continuar-se-à a privilegiar uma actuação esclarecedora.

Posta a votação foi o relatório aprovado com sete votos a favor (P.S.D., e Carlos Alberto Fraga Viegas dos Santos), um voto contra (C.D.U.) e oito abstenções (P.S., P.P.).

O Partido Socialista apresentou declaração de voto que se anexa a esta acta e de que passa a fazer parte integrante.

Ponto 3 - Apreciação e aprovação do Estatuto do Provedor do Ambiente, bem como a nomeação do Provedor do Ambiente.

O Senhor Deputado Carlos Alberto Fraga Viegas dos Santos fez uma breve descrição da reunião da Comissão havida em 02/01/1999, de onde saiu um documento consensual.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Realçasse o espírito que norteou o artigo 22, onde se salvaguardou que a escolha do Provedor, o fosse por uma maioria qualificada de dois terços.

Na reunião da Comissão, foram discutidos nomes hipotéticos de cidadãos manteiguenses para exercerem o cargo de Provedor, tendo particularmente sido analisado o nome do Senhor Engenheiro José António Monteiro, já anteriormente indigitado para este cargo.

Tendo em consideração que não considerou a Comissão haver algum obstáculo a que se mantivesse o nome do Senhor Engenheiro Monteiro, propôs o Senhor Deputado Carlos Alberto Fraga Viegas dos Santos que seja posta a votação a indigitação do Senhor Engenheiro José António Monteiro para Provedor do Ambiente.

O Senhor Deputado António Manuel de Lemos Santos referiu que a Comissão fez um bom trabalho e o Estatuto foi efectivamente melhorado. Constatava-se porém a falta de um regulamento eleitoral. Considera-se prudente o esperar por legislação de suporte que respalde o desempenho do Provedor do Ambiente. Não se nota que em Manteigas seja uma preocupação a nomeação de um Provedor do Ambiente. Acha assim prudente o esperar por legislação que crie o lugar de Provedor Municipal.

O Senhor Deputado Francisco José Botão de Elvas referiu que não concordava com a opinião do Senhor Deputado António Manuel de Lemos Santos, nem a achava pertinente dado na última Assembleia se ter decidido avançar com o processo tendo lido parte da acta da Assembleia Municipal de 26/02/99. Considerou assim perfeitamente descabido discutir isto, ante se deveria avançar com a discussão conforme aprovado e agendado para esta reunião.

O Senhor Deputado Carlos Alberto Fraga Viegas reafirmou também o já expresso na anterior reunião sendo como tal imperativo avançar conforme agendado.

O Senhor Deputado Luís José dos Santos Melo referiu que mantém dúvidas quanto à necessidade de eleger o Provedor pois a Assembleia Municipal não pode impor ao Executivo o dispêndio de uma verba para pagar os custos do Provedor do Ambiente. Tem assim dúvidas sobre a legitimidade do processo, tendo achado porém que os Estatutos estão bem. Considerou mais prudente esperar pela legislação do Provedor Municipal e então decidir

O Senhor Deputado Francisco José Botão de Elvas tomou a palavra para reafirmar novamente o que anteriormente já tinha expresso. Considerou que se estava propositadamente a desvirtuar o agendado para esta reunião. Relembrou a acta da Câmara Municipal em que o Senhor Presidente da Câmara propôs um nome para o desempenho do cargo sendo como tal deduzível que haveria previsão de verba para os custos do desempenho.

O Senhor Deputado José Abrantes Serra referiu também preocupação quanto ao aumento das despesas administrativas que poderiam ser superiores aos custos do Gabinete do Presidente da Câmara.

O Senhor Deputado António Manuel de Lemos Santos referiu que os dois maiores partidos (P.S./ P.S.D.) estão de acordo quanto ao cuidado de aguardar por legislação para o provedor Municipal. Assim considera que não se deverá votar o Estatuto nem eleger o Provedor.

O Senhor Deputado José Quaresma Domingos referiu que concordava com a votação e aprovação do Estatuto, porém considerou que o nome do provedor deveria ser proposto pela Câmara Municipal para aprovação na Assembleia Municipal.

O Senhor Deputado Carlos Alberto Fraga Viegas dos Santos referiu que melhor do que estar eternamente à espera dos Estatutos do Provedor Municipal, seria aprovar os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

presentes Estatutos e mais tarde procurar que a Câmara indique nomes para a votação.

O Senhor Deputado Francisco José Botão de Elvas estranhou as dúvidas postas por alguns Deputados nesta Assembleia quanto há indicação do nome para o Provedor deva ser feita pela Câmara. Isto porque, quando há um ano o Senhor Presidente da Câmara referiu, à pergunta do Senhor Deputado Francisco José Botão de Elvas sobre a nomeação do Provedor, que a nomeação era uma incumbência da Assembleia Municipal, nenhum desses Deputados fez qualquer observação. Estranhou também que constantemente se ponham entraves a este processo, sem abertamente os Senhores Deputados dizerem que não querem avançar com o Provedor do ambiente.

O Senhor Deputado António Manuel de Lemos Santos referiu que mantém a posição já anteriormente expresso sobre o assunto. E considerou que é apenas responsabilidade da Assembleia Municipal eleger o Provedor do Ambiente. O Senhor Deputado João Leitão Lucas referiu que o anterior indigitado para Provedor apresentou exigências que impunham um custo orçamental superior ao do Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Deputado Umberto Massano Leitão referiu que há que acautelar incompatibilidades entre os cargos de Provedor do Ambiente e Provedor Municipal que posteriormente causem obrigatoriedade de demissões que apenas fazem vítimas.

O Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso referiu que estranha que quando foi nomeada a Comissão todos os Deputados estavam de acordo e hoje o trabalho dessa Comissão foi deitado para o lixo. Dado que a designação do Provedor é por eleição, deverá o voto ser consensual e secreto. Isto não foi acautelado pela comissão mas é corrigível. O processo deve avançar pois estão reunidas as condições e o Provedor é positivo no desempenho e no apoio que pode dar à Câmara.

O Senhor Presidente da Mesa informou que o Provedor tem de ser eleito e como tal tem de haver candidaturas pessoais. Referiu também que o Provedor do Ambiente não é uma figura com legislação que o suporte e lhe dê legitimidade. Referiu também que o Provedor não tem representatividade pública institucional. Foi ainda lembrado que a ANM está a promover o «Concelho Municipal de Segurança» provendo-se assim o atraso no processo do Provedor Municipal. Deverão aparecer candidatos nesta Assembleia Municipal que informem aceitar os estatutos e como tal se candidatam ao lugar.

O Senhor Deputado Francisco José Botão de Elvas referiu que lamenta verificar não querer esta Assembleia avançar com um processo que tanto trabalho deu à Comissão nomeada por esta Assembleia. Lembrou que o espírito sempre presente na Comissão foi o de encontrar uma forma de eleger um Provedor que iria trabalhar para auxiliar a Câmara e nunca criar problemas à Câmara. Informou que tinha nomes para indicar a esta Assembleia, nome que aceitam estes Estatutos. Lamenta que os outros Partidos nada tenham feito. Referiu que é de opinião a que se vote os Estatutos, deixando para próxima reunião a eleição do Senhor Provedor do Ambiente, quando os Partidos estiverem organizados para tal.

O Senhor Deputado António Manuel de Lemos Santos considera da maior utilidade o Provedor do Ambiente porém acha prudente o adiar desta votação até à saída de legislação sobre o Provedor Municipal. Apresentou neste sentido uma proposta de adiamento da votação do Provedor do Ambiente, que se anexa a esta acta fazendo parte integrante da mesma.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Posta a votação o adiamento do Estatuto do Provedor do Ambiente, foi a proposta aprovada com o voto de qualidade do Senhor Presidente da Mesa tendo-se verificado a seguinte votação:

A favor: seis votos (PS mais dois PSD)

Contra: seis votos (PP mais CDU mais Senhor Albino Saraiva Cardoso mais Senhor Quaresma Domingos)

Abstenção: quatro votos (PSD)

A proposta foi aprovada com o voto de qualidade do Senhor Presidente da Mesa que inicialmente votou com uma abstenção.

Foram apresentadas as seguintes declarações de voto:

Senhor Deputado José Quaresma Domingos: «voto contra porque considero que as votações desta Assembleia são para cumprir e não se deveria deixar de respeitar uma deliberação anterior da Assembleia em que por maioria agendou a discussão e votação dos Estatutos para esta reunião.»

Senhor Deputado Francisco José Botão de Elvas «:Votei contra pois a proposta votada é uma afronta à dignidade desta Assembleia e àquilo que aqui se tem feito nas últimas reuniões, nomeadamente o trabalho da Comissão eleita nesta mesma Assembleia».

Senhor Albino Saraiva Cardoso «voto contra por que não é tolerável que a Assembleia Municipal não actue em conformidade com os assuntos agendados.»

Ponto 4 - Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho.

O Senhor Deputado Luís José dos Santos Melo apresentou uma proposta de um voto de pesar, que se anexa a esta acta e de que passa a fazer parte integrante, e o Senhor Deputado António Manuel de Lemos Santos, apresentou uma proposta de guardar um minuto de silêncio imediato à memória do bombeiro Miguel Vinagre morto num acidente em serviço. Foi guardado de imediato.

Solicitou a marcação de uma reunião com o Senhor Ministro da Agricultura para análise da situação dos Baldios.

Solicitou também informação sobre alguma resposta às diligências desta Câmara e Assembleia sobre o Viveiro das Trutas.

O Senhor Deputado António Manuel de Lemos Santos levantou objecções relativamente aos dois pórticos em betão erigidos na obra do mercado como remate final da mesma. Relembrou que votou contra este projecto e também que o projecto não tem a assinatura de um arquitecto responsável pela obra. Poderá acontecer que alguém pinte nos muros um «Tirem-me daqui», lembra, mas não defende a hipótese. O mercado ficará sem luz, eventualmente sem arejamento, haverá pouco aproveitamento pois existem muitos pilares na cave e eventualmente não se conseguirá impermeabilizar aos rigorosos Invernos de Manteigas. Considera assim que é um aborto arquitectónico, como o confirma a voz do povo na rua. Reforça o facto lamentável de o projecto não ter assinatura de qualquer técnico responsável pela arquitectura.

- Fez também um reparo ao atraso que se verifica na conclusão da obra da adutora de água à Senhora dos Verdes. Particular problema é o buraco que obriga os automobilistas a sair de mão para evitar cair no buraco. Solicita-se rápida actuação da Câmara sobre o empreiteiro.

Relembrou a visita do Senhor Ministro Sócrates para referir que não há memória em Manteigas de um Governo que tanto tenha feito por esta terra. Efectivamente o equipamento financiado por este Governo é de luxo em qualquer ponto da Europa e é muito bom para Manteigas ter uma pista de gelo e uma piscina de água aquecida.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O Senhor Deputado José Quaresma Domingos lembrou necessidade de se proceder a uma intervenção rápida nas zonas dos parques infantis entretanto desmantelados para não virarem baldios. Também solicitou uma intervenção na calçada da Carvalheira para que a mesma seja reparada.

O Senhor Deputado Francisco José Botão de Elvas apresentou duas comunicações da CDU sobre o primeiro de Maio e sobre a guerra do Kosovo, que se anexa a esta acta e de que passará a fazer parte integrante da mesma.

O Senhor Deputado Carlos Alberto Fraga Viegas dos Santos quis enaltecer o trabalho da Associação Desportiva e das suas vitórias, assim como dar um voto de reconhecimento ao Senhor João de Matos pelo empenhamento que tem demonstrado no desenvolvimento do desporto dentro das camadas juvenis de Manteigas. Solicitou que a Câmara se empenhe em apoiar o trabalho deste Manteiguense. O louvor é para toda a equipa da Associação Desportiva de Manteigas.

Referiu também que apesar de ter chegado atrasado, problema próprio, e pretender pronunciar-se sobre a acta anterior, não se pronunciará nem o solicita porque chegou atrasado.

O Senhor Deputado José Paulo Ascensão Fraga solicitou informação sobre o trabalho da Comissão das Penhas Douradas.

O Senhor Deputado João Lucas Leitão pediu informação sobre se à algum apoio do Governo ao projecto do ensaio da Música Nova. Referiu que há um problema com a placa de transito localizada na Matufa.

O Senhor Deputado Luís José dos Santos Melo pediu que se fizesse um ponto da situação ao Plano Director Municipal e que se imprimisse urgência na discussão e aprovação do novo Plano Director Municipal pois constata-se um atrofiamiento do tecido empresarial devido ao actual PDM.

O Partido Socialista apresentou uma moção de saudação ao 1º de Maio que depois de lida foi aprovada por unanimidade e que se anexa a esta acta e de que passa a fazer parte integrante

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para poder responder às questões postas tendo realçado:

- o início dos trabalhos na E.N. 232
- as comemorações do 25 de Abril
- a visita do Senhor Ministro Sócrates e assinatura do programa do projecto, sendo este o único projecto para Manteigas realmente apoiado pelo Governo.
- Penhas Douradas - o processo está em curso prevendo-se uma reunião de trabalhos dentro de quinze dias.

Casa da Banda - o projecto está em curso, esperando-se o apoio da CCR para o mesmo.

- PGU - está em curso.
- Projecto da praça foi aprovado por duas Câmaras diferentes, na anterior legislatura e nesta. Quem defendeu este projecto na apresentação à Câmara foi a Senhora Arquitecta Teresa Dantas.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa, deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida, comentada e votada será assinada.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS
